

A decorative border of various food items is scattered around the page. In the top right, there are illustrations of a pineapple, an orange, a fish, a lime, and a kiwi. In the bottom left, there are watermelon slices, a corn cob, a tomato, and a fish. The central text is surrounded by a circular arrangement of food items including a watermelon slice, a corn cob, a fish, a tomato, a kiwi, and a lime.

# Mês da ALIMENTAÇÃO

MANIFESTO DO CONSEA-MG PELO DIREITO  
HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E  
SAUDÁVEL E PELA AGROECOLOGIA - 2017

A central collage of food items is arranged in a circular pattern around a green circle. The items include a watermelon slice, a corn cob, a fish, a tomato, a kiwi, and a lime.

VOCÊ  
SABE  
O QUE  
VOCÊ  
COME?



16 DE OUTUBRO – DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO 2017

## **MANIFESTO PELO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL E PELA AGROECOLOGIA**

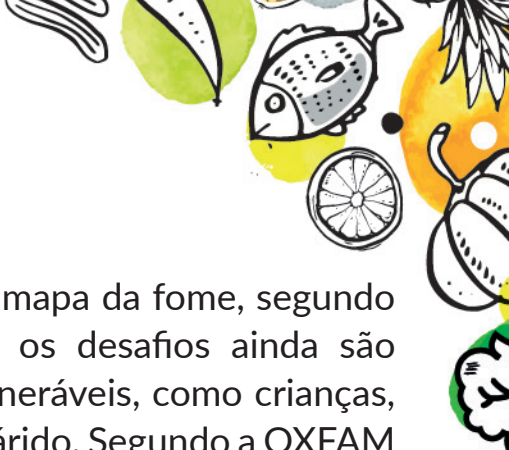
O Dia Mundial de Alimentação é celebrado em 16 de outubro, mesma data da fundação da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Em 2017 tem como tema “mude o futuro da migração: investir na segurança alimentar e no desenvolvimento rural”. A data é celebrada em mais de 150 países para chamar a atenção sobre questões relativas à nutrição e à alimentação.

Relatório da ONU denuncia que após uma década de queda, a fome volta a crescer no mundo. Segundo a FAO, hoje há uma estimativa de que cerca de 2 bilhões de pessoas sofrem de carência alimentar, 815 milhões de fome ou 11% da população global, e outros 2 bilhões de sobrepeso, dos quais 600 milhões de obesidade. Ou seja, um em cada três pessoas sofrem com um desses problemas.

No Brasil a situação da fome e da desigualdade vem se agravando, o que comprova que as conquistas sociais das últimas décadas não estão consolidadas. Segundo a Organização Humanitária OXFAM, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Além do número assustador de 16 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, observa-se a tendência recente de aprofundamento da desigualdade e da miséria. Segundo essa organização, projeções do Banco Mundial indicam que, até o final de 2017, o Brasil terá mais 3,6 milhões de pessoas pobres.

Em 2010, a alimentação se tornou um direito constitucional com a sua inclusão no artigo 6º da Constituição Federal. Trata-se de uma conquista histórica resultante de intensa mobilização social, que, desde a década de 1990, busca reafirmar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Sociais e Culturais – PIDESC (1966) que associou definitivamente o papel fundamental do DHAA à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.





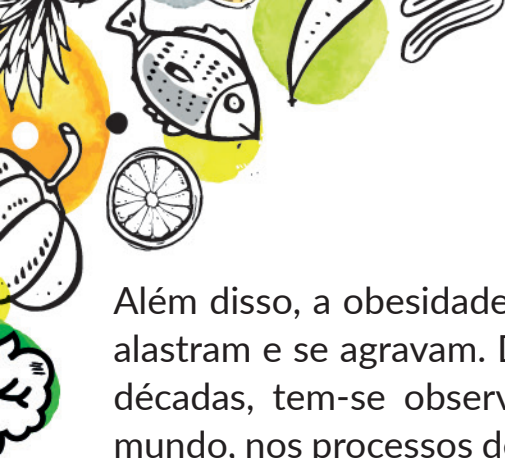
Embora, em 2014, o Brasil tenha celebrado a sua saída do mapa da fome, segundo a FAO, organizações da sociedade civil denunciam que os desafios ainda são grandes porque a fome ainda persiste nos grupos mais vulneráveis, como crianças, comunidades tradicionais e populações do campo e do semiárido. Segundo a OXFAM o Brasil vive o que pode se chamar de encruzilhada:

“entre 1988 – ano em que foi promulgada a Constituição – e 2015, o país reduziu de 37% para menos de 10% a parcela de população abaixo da linha da pobreza. Considerando os últimos 15 anos, o Brasil retirou da pobreza mais de 28 milhões de pessoas, ao mesmo tempo em que a grande concentração de renda no topo se manteve estável”.

A agricultura convencional centrada na concentração fundiária, no uso indiscriminado dos recursos hídricos e de agrotóxicos, no monopólio das sementes transgênicas, usa as estruturas de poder para produzir em larga escala mercadorias, em vez de alimentos. Tais mercadorias não atendem aos objetivos da soberania e da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Desta feita, as reivindicações históricas dos movimentos sociais pela reforma agrária, pela demarcação dos territórios indígenas e quilombolas, pelo fortalecimento da agricultura familiar e camponesa vêm sofrendo grandes retrocessos tanto no campo institucional quanto nos drásticos cortes orçamentários, em especial para a previsão de 2018.

O resultado desses retrocessos mostra que a partir de 2016 a fome voltou a assustar as famílias brasileiras: o alto desemprego, a diminuição do salário mínimo, a reforma trabalhista e a terceirização, o congelamento dos investimentos públicos nas políticas sociais por vinte anos, os cortes orçamentários nos programas de proteção social, de apoio à agricultura familiar, de regularização dos territórios indígenas e quilombolas, a concentração fundiária que continua se aprofundando, a violência contra a vida de camponeses, indígenas e quilombolas, a ameaça contra a previdência social têm relação direta com a volta da fome e da miséria. Dados da FAO indicam que mais de 75% da população pobre e exposta à insegurança alimentar vivem em zonas rurais, em sua maioria dependendo da agricultura e de meios de vida baseados nos recursos naturais (FAO, 2017).





Além disso, a obesidade e outras doenças advindas da alimentação inadequada, se alastram e se agravam. Do ponto de vista da qualidade da alimentação, nas últimas décadas, tem-se observado que Minas Gerais, segue tendências do Brasil e do mundo, nos processos de transição nutricional que resultou no aumento progressivo de sobrepeso e obesidade em função das mudanças do padrão alimentar e do sedentarismo da vida moderna. A obesidade é um grande desafio, representando uma epidemia a ser enfrentada de forma intersetorial. Os inquéritos mais recentes, apontam que 52,5% dos brasileiros estão acima do peso. Entre os escolares de 13 a 17 anos verificou-se que 23,7% possuem sobrepeso e 7,8% obesidade. Somente 18,2% consomem cinco porções de frutas e hortaliças por dia, conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde, 34% consomem alimentos com elevado teor de gordura, 28% consomem refrigerantes regularmente.

Além dos riscos provocados pela obesidade, sobrepeso e falta de atividade física, a má alimentação provém também pela contaminação de agrotóxicos. Segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), desde 2008 o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, oferecendo 5,2 litros/ano de veneno para cada brasileiro por meio da contaminação de alimentos, água e ambiente. Muitos desses herbicidas, fungicidas e pesticidas estão proibidos em quase todo o mundo pelo risco que representam à saúde pública e ao ambiente, mas aqui, eles circulam livremente.

O pior é que a tendência é de aprofundamento desse problema. Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) 64% dos alimentos estão contaminados por agrotóxicos e para o Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), houve aumento de 288% do volume de agrotóxicos utilizados na agricultura no período 2002 a 2012. Pesquisas científicas reunidas pela ABRASCO indicam a contaminação do leite materno, das águas de chuvas e o aumento preocupante dos casos de câncer, especialmente em regiões onde os agrotóxicos são largamente utilizados.

Atualmente ainda se assiste ao lobby da bancada ruralista e das empresas produtoras de agrotóxicos na tentativa de impor mais riscos à saúde humana e ambiental com a liberação de um novo pacote de venenos, a substituição do termo agrotóxicos por “produtos fitossanitários” e a retirada da identificação do “T” (transgênicos) do rótulo dos alimentos. Em contraposição a esse modelo da agricultura convencional e predatória, os diversos movimentos sociais do campo e da cidade vêm construindo





um novo modelo agroalimentar sustentável focado no fortalecimento da agricultura familiar e na agroecologia, reconhecendo os sujeitos de direitos – povos do campo, da floresta e das águas, com as suas expressões identitárias e culturais que têm contribuído através da história para a conservação da biodiversidade e a diversidade da alimentação da população brasileira.

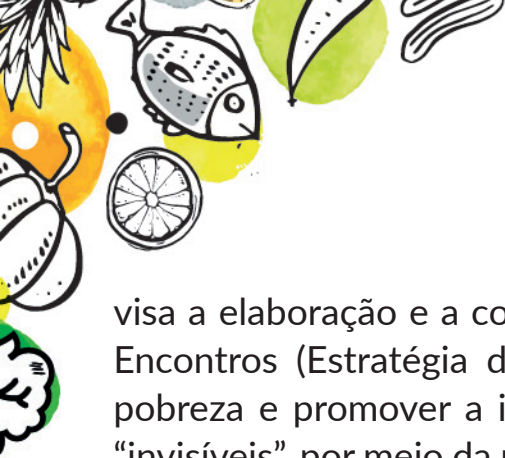
Esse modelo enfatiza as diferentes dimensões envolvidas nos processos de transição agroecológica: financiamentos adequados à produção sem uso de agrotóxicos, disponibilidade e acesso a sementes crioulas, apoio às tecnologias sociais, assistência técnica pública, garantia de produção e acesso à água, apoio à comercialização e compras governamentais de produtos agroecológicos, pesquisas públicas participativas e integração ensino, pesquisa e extensão com base na agroecologia.

A promoção de uma alimentação adequada e saudável são desafios contemporâneos para a garantia do direito à saúde e uma vida saudável da população, envolvendo as dimensões da produção e de disponibilização de alimentos que não interessam apenas a agricultores e especialistas, mas sobretudo ao cidadão que se alimenta e também àquele que não tem acesso ao alimento. Trata-se, portanto, de aproximar os cidadãos do campo e da cidade e focar o olhar para os territórios rurais e urbanos, como lugares de produção de comida, de saberes, memória e cultura.

Para isso, torna-se necessário o investimento em políticas públicas que, de um lado, reduzam gradativamente o uso de agrotóxicos, e de outro, valorizem e fomentem a agricultura familiar e a transição agroecológica, fortaleçam os mercados institucionais e os circuitos curtos de produção e comercialização, a produção e a disseminação das sementes crioulas, bem como uma forte e contínua campanha de educação alimentar visando à mudança dos hábitos alimentares resgatando a cultura e o patrimônio alimentares da população brasileira.



Neste sentido, reconhecemos algumas ações que estão sendo desenvolvidas em Minas Gerais pelo esforço conjunto do Governo do Estado juntamente com a sociedade civil organizada que dialogam com a perspectiva da alimentação adequada e saudável e com a soberania e segurança alimentar e nutricional: 1. Criação por decreto do Grupo Executivo Permanente da Estratégia Intersectorial de Redução de Uso de Agrotóxicos, Apoio à Agroecologia e a Produção Orgânica do Estado, que

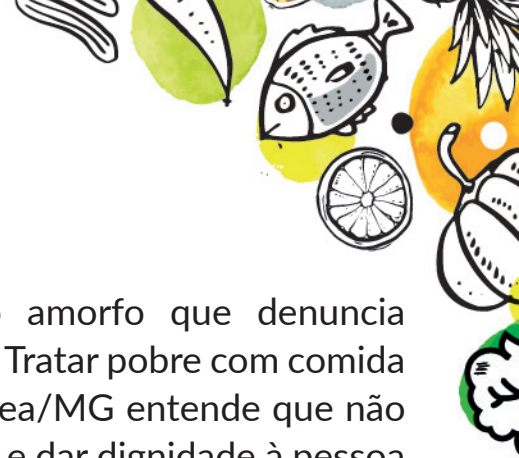


visa a elaboração e a coordenação do plano estadual para essa temática; 2. Novos Encontros (Estratégia de Combate à Pobreza Rural) cujo objetivo é enfrentar a pobreza e promover a inclusão socioprodutiva da população rural, priorizando os “invisíveis”, por meio da reunião de programas e projetos que promovam a cidadania, a participação social e o desenvolvimento territorial sustentável; 3. O grupo de trabalho do cooperativismo e agroindústria familiar (GT cooperativismo) que visa articular órgãos públicos e organizações da sociedade civil para fortalecer ações de apoio logístico, organizativo, assistência técnica e jurídica aos agricultores familiares para ingressarem mais efetivamente nos mercados institucionais; 4. Mobilização e articulação de movimentos sociais agroecológicos da região metropolitana, juntamente com a Agência Metropolitana pela inclusão da produção de alimentos saudáveis por meio da agricultura familiar, urbana e periurbana, nos planos diretores dos municípios da região; 5. Política Estadual de Promoção da Saúde que objetiva promover e incentivar o desenvolvimento de ações intersetoriais e intrasetoriais que favoreçam a equidade, a melhoria das condições e modos de viver, que estimulem o empoderamento dos indivíduos e comunidades de modo a ampliar a potencialidade da saúde individual, coletiva e a participação social. A alimentação adequada e saudável é dos temas prioritários dessa Política.

Contudo, na contramão da comida de verdade, no dia 8 último, a prefeitura de São Paulo lança um projeto chamado “Alimento para Todos” que, pelas informações disponíveis a prefeitura pretende distribuir a grupos sociais em situação de vulnerabilidade um produto alimentar processado a partir de alimentos em vias de perda de validade de consumo e/ou fora de padrões de comercialização, resultando em um granulado com composição ainda não divulgada.

De forma inequívoca, na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, os delegados e as delegadas participantes aprovaram um “Manifesto à Sociedade Brasileira” sobre aquilo que avaliam como “Comida de Verdade”. Segundo o documento, “a comida de verdade é saudável, garante o direito à alimentação de qualidade, promove hábitos alimentares saudáveis e não está sujeita a interesses de mercado”





Perguntamos, então, por que oferecer ao pobre algo amorfo que denuncia continuamente sua condição de excluído da mesa humana? Tratar pobre com comida pobre só faz aprofundar a sua condição de pobre. O Consea/MG entende que não é com projeto desumanizante que iremos combater a fome e dar dignidade à pessoa em condição de vulnerabilidade social. Desta forma apoia a iniciativa do Consea Nacional que conclama a todos para exercer nossa função legítima e institucional de controle social e monitoramento das políticas públicas, e analisarmos o atendimento aos princípios da dignidade humana e realização do DHAA e da Segurança Alimentar e Nutricional nesta ação.

O CONSEA-MG aproveitando o chamado da FAO, durante todo o mês de outubro, junto com as secretarias que o compõem e diversos parceiros da sociedade civil, realizações com o objetivo de celebrar o Dia Mundial da Alimentação e proporcionar espaços de informação, diálogo e debate das temáticas afins, incentivando ações concretas de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

A garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável para todos os mineiros e mineiras só será possível se a sociedade compreender e se envolver, garantindo assim, a soberania alimentar e um futuro melhor com qualidade de vida para todos. Assim, defendemos que em tempos de perda de direitos, a unificação dos esforços se faz necessária para a garantia das conquistas sociais da população.

**Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais.**

*Belo Horizonte, 16 de outubro de 2017.*





## Sugestões de materiais de aprofundamento na temática de segurança alimentar e nutricional, agroecologia e alimentação saudável:

### Vídeos e Documentários

Comida Que Alimenta: (<https://youtu.be/z6xAkNPV3QI>);

Agricultura Tamanho Família: (<https://youtu.be/tgJ6qwp9eHc>);

3 mitos que você sempre ouviu sobre a agroecologia - mas ninguém teve coragem de negar: (<https://youtu.be/FpEL21Lr8kk>);

Vídeos do Projeto PANCS: ([https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=55&v=zTrpWLjFvBo](https://www.youtube.com/watch?time_continue=55&v=zTrpWLjFvBo))

Documentários - O Veneno Está na Mesa, 1 e 2: (<https://www.youtube.com/watch?v=fnyZwl7022I>); <<https://www.youtube.com/watch?v=nE7h1z6Q5dQ>);

Documentário Brasil Orgânico: (<https://www.youtube.com/watch?v=NXFMWjzTVvU>);

<https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>;

<https://nacoesunidas.org/papa-francisco-fim-da-fome-exige-compromisso-contras-mudancas-climaticas-e-contras-as-guerras/>

### Livros

Guia Alimentar para a População Brasileira: ([http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf));

Alimentos regionais brasileiros ([http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/livro\\_alimentos\\_regionais\\_brasileiros.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/livro_alimentos_regionais_brasileiros.pdf));

Desmistificando dúvidas sobre alimentação e nutrição ([http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/desmistificando\\_duvidas\\_alimentacao.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/desmistificando_duvidas_alimentacao.pdf));

Na cozinha com as frutas, legumes e verduras ([http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/na\\_cozinha\\_frutas\\_legumes\\_verduras.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/na_cozinha_frutas_legumes_verduras.pdf));

Instrutivo metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na atenção básica ([http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo\\_metodologia\\_trabalho\\_alimentacao\\_nutricao\\_atencao\\_basica.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo_metodologia_trabalho_alimentacao_nutricao_atencao_basica.pdf)).

